



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

1 de 6

Informação nº: 22/2020 – DIASP3

Brasília (DF), 14 de abril de 2020.

Processo nº: 439/2020-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação 12/2020 – CF. Coronavírus (COVID-19). Dispensa de Licitação 3/2020. Farmácias de Alto Custo. Serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio. Medida Cautelar para suspensão dos pagamentos. Ausência de indícios de irregularidade. Pelo não conhecimento.

ADMISSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO	
Representante:	Representação 12/2020-CF, formulada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (Peça 3, e-DOC 84575837), do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF.
Teor da Representação:	<p>Trata-se de Representação, com pedido cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF – MPJTCDF, acerca de dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.</p> <p>2. Por meio da Exordial, noticiou-se a publicação da ratificação da Dispensa de Licitação 03/2020, relativa à citada contratação, no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF 45-A, de 02.04.20, Edição Extra.</p> <p>3. Extraí-se que foi contratada a empresa BRB Serviços, no valor R\$ 10,8 milhões, pelo prazo de até 180 dias, e que a contratação está contida no Processo SEI 00060-00109204/2020-43.</p> <p>4. Ressaltou-se que os mencionados serviços estariam sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIASF e apresentaram-se as principais características da prestação desses serviços, com base em matérias jornalísticas do Portal G1, notadamente que:</p> <p>a) os serviços são prestados por 3 Farmácias de Alto Custo (Asa Sul, Ceilândia e Gama);</p>

**1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO**

- b) o atendimento aos usuários do DF é feito pelo número 160, opção 3, ao passo que, para usuários de fora do DF, o deve-se utilizar o telefone 0800 644 0160;
- c) a retirada do remédio nas unidades depende da apresentação de documento de identificação com foto e da receita original, e, no caso de medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo;
- d) em face da pandemia, os usuários que fazem parte dos grupos de risco para a Covid-19 – idosos, crianças, gestantes, imunodeprimidos, transplantados e portadores de doenças respiratórias – poderão cadastrar até 05 pessoas por paciente, para fazer a retirada dos medicamentos em seu lugar.

5. Em seguida, destacou-se que os serviços em tela “compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo”.

6. Noutro passo, destacou-se que a empresa BRB Serviços é atual denominação da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, “uma empresa do Banco de Brasília S/A - BRB, especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas”. Assim, alegou-se possível divergência entre o objeto do mencionado contrato e as atividades desempenhadas pela BRB Serviços.

7. Em seguida, destacou-se a importância de a SES/DF esclarecer o motivo de a Pasta “não conseguir atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, mediante agendamento, visto que, como se sabe, os serviços essenciais foram mantidos, nesse período de calamidade, etc.”

8. Outrossim, foram ressaltadas iniciativas governamentais na busca de serviços gratuitos ou de menor custo, tendo sido citadas, em notas de rodapé, as seguintes iniciativas:

- a) o Governo do Estado do Rio de Janeiro decidiu firmar parceria com as operadoras de telefonia móvel para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS, de forma gratuita, embora, inicialmente, se tivesse tentado realizar contratação no valor de R\$ 10 milhões para o mesmo objeto;
- b) a Caixa Econômica Federal estaria investindo R\$ 250 mil no desenvolvimento de aplicativo que usado para pagamento do “coronavoucher”¹, como anunciado pela imprensa.

9. Destacou-se que “todas as contratações efetivadas no período de emergência devem estar atreladas, ainda, à legalidade e à economicidade”, sobretudo porque a CLDF, ao aprovar a situação de calamidade no DF, havia reconhecido que a receita de impostos sofreria forte decréscimo, “de maneira que a utilização dos recursos públicos deve ser direcionada para a máxima eficiência”.

¹ Auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00, durante o período de 3 meses, aos cidadãos que atenderem aos requisitos da Lei Federal 13982/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

3 de 6

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

	<p>10. Por fim requereu ao Tribunal:</p> <p>a) a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação;</p> <p>b) a solicitação de cópia dos autos à SES/DF com audiência do seu Titular, em 05 (cinco) dias úteis, para que apresente esclarecimentos a respeito da referida contratação, inclusive justificativa de preço.</p>
--	---

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Todos os legitimados devem atender aos seguintes requisitos:	S/N/NA	Observação:
2.2.1 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	
2.2.2 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	
2.2.3 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido (inciso III do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	NÃO	A Representação se limita a noticiar contratação realizada pela SES com fundamento na Lei 13.979/2020, sem apresentar os indícios de irregularidade.
2.2.4 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	A fiscalização é de competência deste Tribunal, conforme art. 1º, inciso V, alínea "d", da Lei Complementar 1/94 – Lei Orgânica do TCDF ² .
2.2.5 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (Inc. I, §6º do art. 230 do RITCDF)	SIM	

3. ANÁLISE PRELIMINAR DA ADMISSIBILIDADE:

² Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete: (...)

V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta: (...)

d) das concessões, cessões, doações, permissões e contratos de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, e das subvenções sociais ou econômicas, dos auxílios, contribuições e doações;



Requisitos	S/N/NA	Motivação para Negativa da Admissibilidade
3.1 - O Representante é legitimado?	SIM	
3.2 - A Representação atende a todos os requisitos de admissibilidade?	NÃO	
3.3 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º art. 230?	NÃO	
3.4 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RITCDF?	SIM	

4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

A Representação 12/2020-CF (Peça 3, e-DOC 84575837), **com pedido cautelar**, trata da Dispensa de Licitação 03/2020, relativa à contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF. O extrato de ratificação da mencionada dispensa consta do DODF 45-A, de 02.04.20, Edição Extra, pág. 1.

2. Inicialmente, ressalta-se que, por meio de busca na página da SES/DF na internet³, identificou-se que já foi celebrado o contrato decorrente da mencionada dispensa: Contrato 63/2020.

3. Voltando-se à Exordial, observa-se que, com base em matéria jornalística de 02.03.20, o *Parquet* descreveu como os serviços das Farmácias de Alto Custo são prestados. Da descrição realizada, chama a atenção o seguinte trecho:

Para retirar o remédio nas unidades, é preciso apresentar documento de identificação com foto e a receita original. Para medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo

4. Ademais, com base em outra reportagem, de mesma data, indicou-se que os usuários que fazem parte do grupo de risco para Covid-19 poderiam cadastrar até 5 pessoas para retirar os medicamentos em seu lugar.

5. Dessa forma, a contratação objeto da Exordial fora questionada por contemplar atividade especializada (na área de Farmácia), requerendo-se que a SES/DF justifique o motivo de não se conseguir atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, a despeito de os serviços essenciais terem sido mantidos.

6. Nesse passo, destaca-se que o objeto da contratação envolve “agendamento, **entregas de medicamentos em domicílio** e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio **para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos**”.

7. Contudo, extrai-se da Representação que a retirada de remédios pelos pacientes (ou pelas pessoas por ele indicadas) era feita de forma presencial. Infere-se, portanto, que a citada contratação tem como objetivo alterar a forma de prestação dos serviços aos usuários, dispensando a presença física dos usuários nas farmácias. Com efeito, o objeto do contrato envolve entrega em domicílio, motivo pelo qual se previu a contratação de pessoal para separação e transporte dos medicamentos.

³ <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/07/Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-COVID-19.pdf>, acesso em 13.04.20.



4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

8. Assim, não foram apresentados indícios de que a SES/DF não esteja conseguindo atender à demanda, haja vista que a contratação, como ressaltado, envolve serviços que não eram prestados anteriormente.

9. Ressalta-se que a atividade objeto do contrato, em uma análise superficial, é restrita (similar a um *delivery*) e de maneira alguma substitui as competências técnicas do pessoal especializado das Farmácias de Alto Custo – ou ainda, não foram apresentados indícios de que tal irregularidade esteja ocorrendo.

10. Nesse sentido, questionou-se a execução das atividades contratadas pela empresa BRB Serviços, haja vista que esta seria especializada em “cobrança extrajudicial, contact center e tecnologia da informação e comunicação”. Contudo, não se mostra razoável avaliar a pertinência da contratação apenas pelas atividades que a empresa seria especializada, ainda que essa informação conste de seu site oficial. A pertinência da contratação deve ser avaliada com base no Estatuto Social da empresa. Nesse sentido, observe-se o que o referido documento⁴ estabelece:

Art. 4o A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

(...)

IX - Prestar serviços de:

(...)

f) **suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia;**

g) **apoio logístico**, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos;

XI – cessão de mão-de-obra;

(Destacou-se).

11. Como se observa, os serviços de transporte multimodal de itens, com fornecimento de mão de obra, encontram respaldo no Estatuto Social da empresa.

12. Outrossim, a pertinência dos serviços em questão para a realidade enfrentada não só pelo Distrito Federal, como também pelo Mundo, é patente. Com efeito, evitar o trânsito dos usuários que necessitam de fármacos de alto custo, ou mesmo de seus mandatários, é medida razoável, em face do risco de espalhamento do novo Coronavírus, sobretudo para a parcela de usuários que faz parte do grupo de risco para a Covid-19.

13. Noutro passo, foi ressaltado que outras Unidades da Federação têm buscado serviços gratuitos ou com o menor custo possível para a aquisição de bens e serviços necessários ao enfrentamento da pandemia. Citou-se, assim, serviço de central telefônica contratado pelo Estado do Rio de Janeiro, para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS. Porém, o intuito da contratação Distrital difere do realizado pelo estado fluminense, sobretudo em função dos serviços de entrega em domicílio.

14. Quanto aos serviços prestados pela Caixa, em montante de R\$ 250 mil, não há qualquer pertinência com o objeto do Contrato 63/2020.

15. Ressalte-se que cabe ao Gestor Público ofertar serviços necessários à população com o menor custo possível. Assim, se existirem alternativas mais econômicas para a prestação dos serviços em tela, ou até gratuitas, a escolha do gestor deve recair necessariamente sobre essa alternativa. Contudo, os casos apontados pelo *Parquet* não possuem relação com o objeto contratado. Ademais, não se apontaram indícios de sobrepreço, alternativas de contratação, nem irregularidades na dispensa de licitação, fundada na Lei 13.979/2020.

⁴ Disponível em: <https://www.brbservicos.com.br/institucional/estatuto-social>, acesso em 13.04.20.



4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

16. Não se pode negar que o montante de recursos é expressivo e que a contratação foi feita mediante dispensa de licitação, mas esses fatos, isoladamente, não representam qualquer irregularidade.

17. Portanto, entende-se que a Exordial não deve ser conhecida pelo Plenário, haja vista o não preenchimento do requisito de admissibilidade previstos no art. 230, §2º, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal - RI/TCDF.

18. Ressalta-se que tal encaminhamento **não atesta a regularidade da contratação**, nem significa que o mencionado contrato necessariamente deixará de ser analisado pela Corte. Como é sabido, as atividades de acompanhamento da Corte envolvem a análise de ofício de contratos selecionados por meio de amostragem, conforme previsão do art. 5º da Resolução-TCDF 289/2016, *in verbis*:

Art. 5º A definição de **quais contratos deverão ser autuados**, considerando a previsão quantitativa mensal indicada na PSA, recairá sobre **amostragem**, obtida mediante acompanhamento do Diário Oficial do DF, de dispensas e inexigibilidades de licitação, bem assim de adesões a atas de registro de preços, cujos valores sejam iguais ou superiores a seis vezes os limites previstos no art. 23, inciso I, "c", e inciso II, "c", da Lei nº 8.666/93.

19. Ademais, ressalte-se que se encontra em elaboração, na Segecex, Plano de Ação com vistas à definição de estratégia de controle dos gastos relacionados ao combate à pandemia do coronavírus⁵. Dessa forma, o ajuste em questão pode vir a ser objeto de futura fiscalização, baseada em critérios de relevância, materialidade e risco.

20. Por fim, considerando a proposta de não conhecimento da Representação, não há necessidade de deliberação acerca da cautelar requerida pelo *Parquet*, que visa suspender os pagamentos da contratação sobre a qual não foram apresentados indícios de irregularidade .

5. SUGESTÕES:

Diante do exposto sugere-se o encaminhamento dos autos ao(a) Exmo(a). Sr(a). Relator(a) que vier a ser designado(a), com vistas a adoção das seguintes medidas:

- I. não conhecer da Representação 12/2020-CF, formulada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (Peça 3, e-DOC 84575837), tendo em vista o não atendimento do requisito constante do art. 230, §2º, III, do Regimento Interno do TCDF, uma vez que não foram apresentados os indícios de irregularidade relativos à Dispensa de Licitação 03/2020, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;
- II. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para fins de arquivamento.

À consideração superior.

Henrique Eduardo de Oliveira
Diretor

5

<https://intranet.tc.df.gov.br/blog/2020/04/09/gastos-do-gdf-durante-pandemia-serao-alvo-de-fiscalizacao-especial-pelo-tcdf/>